

**ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E HUMANIZAÇÃO DO PARTO  
NOS CURSOS DE ENFERMAGEM DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: uma  
revisão bibliométrica**

APPROACH TO OBSTETRIC VIOLENCE AND HUMANIZATION OF BIRTH IN  
NURSING COURSES AT PUBLIC INSTITUTIONS:  
a bibliometric review

**Carolinne Luiza Cavalcanti da Hora**

clch@discente.ifpe.edu.br

**Gabriellen da Silva Santos**

gss20@discente.ifpe.edu.br

**Luanna dos Santos Rocha**

luanna.rocha@pesqueira.ifpe.edu.br

---

**RESUMO**

**OBJETIVO:** Identificar a presença das temáticas violência obstétrica e humanização do parto nos Projetos Político Pedagógicos dos Cursos de graduação em enfermagem de Instituições de ensino superior públicas do nordeste brasileiro. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliométrico, descritivo, com análise quantitativa, realizada por meio do Sistema Eletrônico de Regulação do Ensino Superior, nas Instituições públicas de Educação Superior do Nordeste, analisando seus Projetos Pedagógicos do Curso. **RESULTADOS:** Foram encontrados 27 IES públicas com 54 *campis* que oferecem bacharelado em Enfermagem. Foram encontrados 34 PPC online e solicitados 20 por e-mail, mas apenas 14 responderam, totalizando em 48 PPC para tabulação. Os temas Violência obstétrica e humanização do parto são geralmente abordados no quinto ou sexto períodos do curso (28,94% e 52,63%, respectivamente), no âmbito de disciplinas obrigatórias, fazendo uma média 77,7 horas teóricas e 75,3 horas práticas. Em sua maioria as são voltadas à Saúde da Mulher, ginecologia e obstetrícia no ciclo hospitalar, tendo predomínio de uso de metodologias tradicionais de ensino por meio de aulas expositivas. **CONCLUSÃO:** Evidencia-se a necessidade da elaboração de Projetos Político Pedagógicos descritivos que

retratam de forma específica sobre os temas “Violência Obstétrica” e “Humanização do Parto” tanto em disciplinas voltadas à Saúde da Mulher, como por abordagens transversais.

**Palavras-chave:** Violência obstétrica. Parto humanizado. Cuidados de enfermagem. Educação em enfermagem. Saúde da mulher.

## **ABSTRACT**

**OBJECTIVE:** To identify the presence of the themes of obstetric violence and humanization of childbirth in the Political Pedagogical Projects of undergraduate nursing courses at public higher education institutions in northeastern Brazil. **METHODOLOGY:** This is a bibliometric, descriptive study with quantitative analysis, carried out through the Electronic System for Regulation of Higher Education at public higher education institutions in the northeast of Brazil, analyzing their course pedagogical projects. **RESULTS:** Twenty-seven public HEIs with 54 campuses offering a bachelor's degree in nursing were found. Thirty-four online PPCs were found and 20 were requested by email, but only 14 responded, totaling 48 PPCs for tabulation. The topics of obstetric violence and humanization of childbirth are generally addressed in the fifth or sixth periods of the course (28.94% and 52.63%, respectively), within the scope of mandatory disciplines, totaling an average of 77.7 theoretical hours and 75.3 practical hours. Most of them are focused on Women's Health, gynecology and obstetrics in the hospital cycle, with a predominance of the use of traditional teaching methodologies through expository classes. **CONCLUSION:** There is a need to develop descriptive Political Pedagogical Projects that specifically portray the topics of “Obstetric Violence” and “Humanization of Childbirth” both in disciplines focused on Women's Health and through transversal approaches.

**Keywords:** Obstetric violence. Humanized childbirth. Nursing care. Nursing education. Women's health.

---

## **1. INTRODUÇÃO**

Segundo a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência é caracterizada pelo uso de força física ou poder, de forma ameaçadora ou efetiva, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo, que pode resultar em danos físicos, psicológicos, morte, prejuízos no desenvolvimento ou privação. (OMS, 2021). Quando voltado ao público feminino as Nações Unidas definem a violência contra as mulheres como:

"Qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada" (OPAS, 2023).

Dentre as violências sofridas pelas mulheres, existe a violência obstétrica (VO) definida conforme o Projeto Lei nº 17.097, de 17 de janeiro de 2017, como “todo ato

praticado pelo médico, pela equipe do hospital ou clínica, por familiares ou acompanhante que ofenda, de forma verbal ou física, as mulheres gestantes, em trabalho de parto, ou ainda, em período puerperal” (Ministério Público de Santa Catarina, 2023, p.4). Procedimentos como ocitocina sintética de rotina, realização de cesáreas sem indicação real, episiotomia e a manobra de Kristeller, são exemplos de violência física e sexual contra a parturiente. Já a violência verbal pode se manifestar como insultos, gritos, constrangimentos à parturiente, tratamentos de forma inferior, desprezo, não acolhimento e não esclarecimentos sobre a assistência prestada (Instituto Brasileiro de Direito da Família, 2022).

No Brasil, há crescente número de partos cesarianos como observado por meio de dados divulgados pelo Ministério da Saúde (2015), que apontam que cerca de 56,6% dos partos realizados na rede pública foram cesáreos e na rede privada chegam a 85%. Esses dados evidenciam o uso abusivo dessa via de parto, visto que a OMS recomenda que essa taxa varie entre 10 a 15%. Junto com esta, observa-se que nos partos por via vaginal há alta ocorrência de episiotomia com 53,5%, a manobra de Kristeller com 36,1% e o uso de ocitocina com intenção de acelerar o processo de parto com 36,4%(Henriques, 2021). Na maioria das vezes essas práticas não são necessárias, porém são feitas rotineiramente, e as mulheres acabam como vítimas do poder da figura médica que toma essas importantes decisões sem consentimento prévio das mulheres (Bohren *et al.*, 2015).

A violência obstétrica é um problema recorrente, porém pouco falado dentre a comunidade de saúde, seja nos hospitais, consultórios ou durante os atendimentos às gestantes (Bohren *et al.*, 2015). Os maus tratos e abusos ocorridos durante o trabalho de parto marcam para sempre a vida da gestante. Por isso, a capacitação do enfermeiro é fundamental na assistência ao parto, a experiência e, principalmente, o conhecimento podem transformar o processo do parto e nascimento em um momento confortável para a gestante, para que ela tenha os seus direitos considerados, respeitados e principalmente, sem intervenções desnecessárias (Almeida *et al.*, 2015).

Nesse contexto, percebe-se como é fundamental, as ações ativas em intervenções e condutas humanistas da equipe multiprofissional envolvida nesse processo, principalmente dos enfermeiros, que têm autonomia para prestar assistência às gestantes e parturientes de forma segura e humanizada. Um bom processo de formação profissional, baseada no princípio da humanidade, no respeito pelos direitos das pessoas e na prevenção de agravos e violência, gera um agente de saúde que inspira e serve de exemplo. Isso reflete diretamente na prestação de serviço e na vida das gestantes, estas que já estão passando por um momento tão delicado e especial como a parturição (Hora *et al.*, 2021).

Assim, compreendendo a importância de se desenvolver debates sobre assistência humanizada à parturiente e estratégias de combate a violência obstétrica, este trabalho teve como objetivo identificar a presença de temas voltados à humanização do parto e violência obstétrica, dentro dos Projetos Pedagógicos ou Matrizes Curriculares dos cursos superiores em enfermagem, de Instituições de Ensino Superior (IES) do Nordeste.

## **2. METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo de natureza bibliométrica, descritiva, com análise quantitativa. A pesquisa foi realizada mediante análise dos Projetos Pedagógicos

dos Cursos (PPC) das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas da região Nordeste, que oferecem graduação em Enfermagem. A coleta de dados foi realizada por meio do Sistema Eletrônico de Regulação do Ensino Superior (e-MEC) entre agosto e setembro de 2024, permitindo a identificação das IES que possuíam cursos de graduação em Enfermagem. Em seguida, foram consultados os sites oficiais dessas Instituições para a obtenção dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) que fomentaram a coleta de dados desta pesquisa.

Foram definidos como critérios de inclusão: instituições classificadas com a situação "ativa" mediante o sistema e-MEC, que possuíam seus PPC disponíveis e de domínio público por meio de seus sites oficiais ou disponibilizados via e-mail. Os critérios de exclusão: instituições privadas ou filantrópicas, não regularizadas no sistema e-MEC ou com cadastro inativo, não iniciado ou extinto, como também, instituições que não possuíam PPC de domínio público, não disponibilizaram ou que não retornaram o contato das pesquisadoras.

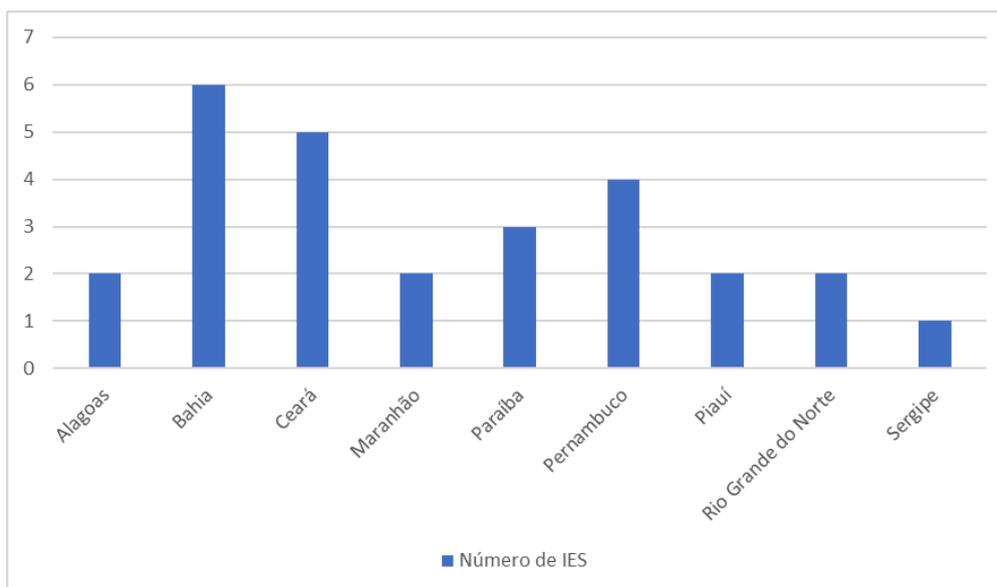
Os Projetos Pedagógicos coletados foram analisados por meio de um levantamento bibliométrico, utilizando tabulação e catalogação no software Microsoft Excel. As informações registradas incluíam: estado, campus, ano de início do curso, disciplinas, semestre de oferta da disciplina, carga horária, obrigatoriedade das disciplinas, estrutura teórico-prática, metodologia, temática e referencial bibliográfico mais utilizado. A análise e a discussão dos dados seguiram mediante a correlação com a literatura científica pertinente, focada na compreensão dos achados.

Em referência aos aspectos Éticos, alinhado com a Resolução CNS nº 510/2016 por tratar-se de uma pesquisa de informações de domínio público, não se faz necessário a avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos nove estados do nordeste, foram encontradas 27 IES públicas com 54 *campis* que ofertam o curso de bacharelado em Enfermagem. Destes, foram encontrados 34 PPC disponíveis nas plataformas digitais de cada instituição e 20 foram solicitados via e-mail de suas respectivas coordenações, porém apenas 14 retornaram a solicitação com envio dos PPC e seis não responderam o contato, totalizando 48 PPC para tabulação.

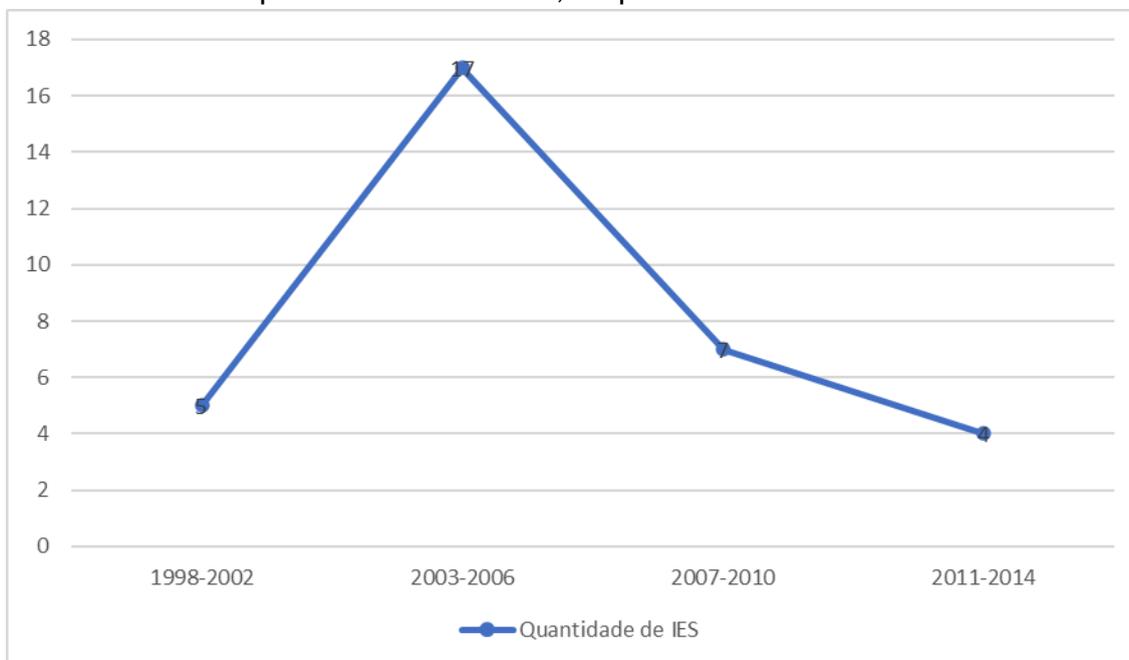
**Gráfico 1** - Distribuição das IES dentre os Estados do Nordeste.



Fonte: Elaboração própria.

Das IES que estão em atividade, a que oferta o curso a mais tempo data de 1943, sendo o curso mais recente iniciado em 2014. Grande parte das instituições tabuladas iniciaram suas atividades com o curso superior de Enfermagem entre os anos de 2002 e 2011, com pico em 2006 com a abertura de dez novos cursos nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

**Gráfico 2** - Distribuição quanto ao ano de criação dos cursos de Enfermagem das IES públicas do nordeste, do período de 1998-2014.



Fonte: Elaboração própria.

Dez PPC não trazem em sua ementa, bibliografia básica ou complementar conteúdos ou disciplinas referente a temática abordada neste estudo. Dos 38 Projetos Pedagógicos que versam sobre os temas “Violência Obstétrica” e/ou “Humanização do Parto”, 5,26% tratam desses assuntos no quarto período, 7,89%

no quinto período, 28,94% no sexto período, 52,63% no sétimo período, 23,68% no oitavo período e 5,26% no décimo período. Além disso, oito IES apresentam esses temas em até dois períodos, enquanto 24 campus demandam a conclusão de disciplinas anteriores como pré-requisito.

Em sua maioria as temáticas “Violência Obstétrica” e “Humanização do Parto” apareciam nas ementas, bibliografias básicas ou complementares das disciplinas voltadas à Saúde da Mulher, ginecologia e obstetrícia no ciclo hospitalar. Isso ocorre devido a organização curricular proposta pelas IES, que visam além de uma simples listagem de disciplina, um conjunto articulado de conteúdos que perpassam as cinco áreas de conhecimento, que são: Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Exatas e Ciências da Enfermagem, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (Brasil, 2001, p.7).

Dessa forma, ao ofertar a disciplina voltada à Saúde da Mulher em módulos mais adiantados assume-se que o enfermeiro já consegue expressar competências técnico-científica e ético-humanista que os tornaram aptos para o desenvolvimento de novas habilidades para atender às necessidades das pacientes de maneira individualizada, ao considerar que cada mulher possui suas crenças, valores e culturas (Sousa *et al.*, 2021).

Todos os PPC analisados têm as disciplinas voltadas à Saúde da Mulher ofertadas de forma obrigatória para a formação. Até os anos 70, a compreensão sobre a saúde feminina era bastante limitada, os programas existentes na época concentravam-se principalmente na assistência à gestação, o que resulta em negligência significativa das necessidades de saúde das mulheres durante grande parte de suas vidas. A elaboração da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM) em 2004 objetivou a integralidade do cuidado às mulheres com o intuito de descentralizar o olhar das doenças relacionadas ao processo reprodutivo. Essa diretriz veio para ampliar os cuidados com as mulheres, para promover melhorias nas condições de vida e saúde para além do ciclo gravídico-puerperal e ajudar na redução da mortalidade das mulheres brasileiras (Ministério da Saúde, 2011). Além disso, o PNAISM veio para auxiliar profissionais da saúde a combater problemas como as violências sofridas por esse grupo, isso, então, justifica a importância da obrigatoriedade de disciplinas voltadas à integralidade da Saúde da Mulher para a formação de enfermeiros com o objetivo de qualificar e humanizar a atenção à saúde das mulheres.

Cabe o destaque para uma IES que oferta “Humanização, parto e direito à maternidade” como disciplina optativa com 60h de carga horária prática. As disciplinas optativas proporcionam ao estudante a chance de se aprofundar ou direcionar seus estudos, e deve estar constatada previamente em um rol no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), incluso sua carga horária (Pearson, 2022). A oportunidade dessa disciplina demonstra ainda o interesse de discutir humanização e maternidade com base na Política Nacional de Humanização (PNH) que versa sobre os trabalhadores/servidores/estudantes, ao serem formados técnica e politicamente, atuam como multiplicadores e apoiadores da humanização, para favorecer a construção de novas realidades em saúde (Brasil, 2006).

Das disciplinas ofertadas, a média de horas é de 77,7 horas teóricas, 75,3 horas práticas e 10 horas para extensão. A relação teórico-prática das disciplinas é importante em virtude do contexto da transversalidade. O MEC, pelo Parecer nº13/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE), diz que a transversalidade tem como objetivo relacionar os conhecimentos teóricos com a realidade do

dia-a-dia (CNE/CEB, 2010, p. 4). É durante as práticas dessas disciplinas que o discente pode correlacionar a teoria aprendida em sala de aula com a realidade, além de ampliar o seu olhar para as singularidades da assistência que não podem ser previstas teoricamente.

As temáticas mais recorrentes nos Projetos Pedagógicos estão relacionadas a Assistência de Enfermagem na Saúde da Mulher no ciclo gravídico-puerperal, Humanização no pré-natal, parto e puerpério, Planejamento Reprodutivo, Assistência de Enfermagem à saúde sexual e reprodutiva, Assistência de Enfermagem no parto e puerpério. Pode-se observar mediante isso que, apesar da PNAISM buscar a integralidade na saúde feminina, ainda há grande foco no ciclo gravídico-puerperal nos PPC avaliados, o que mostra que a integralidade precisa ser melhor discutida durante o planejamento dos mesmos. Estudos apontam a importância de, desde a graduação, o profissional ter a visão do indivíduo como um ser singular e pluridimensional para que a aplicabilidade desse princípio seja eficaz (Zocche, 2017).

A violência obstétrica, ainda que um tema bastante conhecido pelos estudantes e profissionais de saúde, não é um assunto muito difundido socialmente. Pesquisas mostram que muitos estudantes de Enfermagem baseiam seu conhecimento em relatos ou por meio das redes, e ditam que usar a ciência durante a discussão pode elucidar melhor o assunto (Oliveira, 2023), apresentando a importância do uso de bons autores como base dos assuntos ministrados. A pesquisa evidenciou o uso frequente de alguns autores sempre que discutido o assunto “Obstetrícia” e “Saúde da mulher” nas bibliografias utilizadas pelas IES.

**Tabela 1** - Demonstração dos Autores e Títulos usados recorrentemente no Referencial Bibliográfico das disciplinas que abordam as temáticas violência contra a mulher e humanização do parto.

<b>Autor</b>	<b>Quantidade de uso</b>	<b>Porcentagem de uso (%)</b>	<b>Título</b>
BARROS, Sonia Maria Oliveira	11	28,9	Enfermagem obstétrica e ginecológica: guia para a prática assistencial (2006).
ZUGAIB, Marcelo et al.	8	21,05	Obstetrícia 3º ed. (2015).
RICCI, Susan Scott	7	18,4	Enfermagem materno-neonatal e saúde da mulher (2008).
REZENDE, Jorge	7	18,4	Obstetrícia Fundamental. 12. ed. (2011)

---

NEME, Bussamara	5	13,1	Obstetrícia básica. 3. ed. (2006)
--------------------	---	------	--------------------------------------

---

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de temáticas como “Humanização do Parto” e “Humanização no pré-natal, parto e puerpério” serem temas recorrentes descritos nos PPC, ainda há a dificuldade de alguns estudantes diferenciar procedimentos comuns durante a assistência ao parto e práticas consideradas violência nesses momentos. É durante a vivência acadêmica que esses estudantes aprendem sobre os direitos das mulheres, e que estes devem ser respeitados durante o trabalho de parto e puerpério, nesse momento os alunos aprendem sobre a humanização na assistência, melhoram essa concepção e aprendem a tomar decisões para realizar condutas mais eficazes e menos danosas para seu cliente (Vieira, 2019).

Foi possível observar que a metodologia de ensino que mais se sobressai nos PPC avaliados são as aulas expositivas. Essa metodologia tem o professor como protagonista, sendo muitas vezes pouco didáticas e gerando pouco aproveitamento, o que ocasiona o aprendizado débil dos estudantes. A predominância desse estilo de didática, mais a apresentação de recursos audiovisuais tradicionais (como apresentação de slides), inviabiliza o protagonismo do estudante no seu próprio processo de aprendizagem e pode formar profissionais pouco capacitados graças ao baixo aproveitamento das temáticas administradas em sala de aula (Fontana, 2020).

Algumas poucas IES trazem em seus Projetos Pedagógicos a Metodologia Ativa, essa metodologia vem para quebrar o ensino tradicional com o intuito que os estudantes desenvolvam o pensamento crítico e sejam os protagonistas do aprendizado. Porém ainda há uma resistência muito grande por parte dos docentes na implementação dessa nova forma de ensinar, é importante que os professores, como compartilhadores de conhecimento, sejam adeptos a mudanças que irão ajudar a transformar os discentes em enfermeiros que pensam criticamente e que sejam capazes de solucionar problemas com mais facilidade (Fontana, 2020). Por esse motivo, é fundamental promover debates sobre situações-problema e casos clínicos relacionados aos conteúdos programáticos das disciplinas do PPC. A incorporação desta metodologia na sala de aula estimula o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos, permitindo que eles aprimorem a assistência de acordo com as necessidades particulares de cada paciente.

Este estudo apresenta algumas limitações, principalmente relacionadas ao acesso e à disponibilidade dos PPC online. Em certas situações, foi necessário entrar em contato com a diretoria e as coordenações dos cursos por e-mail, mas nem sempre obtivemos resposta positiva. No entanto, uma vez em posse dos PPC, a análise detalhada dos dados foi prejudicada devido às Ementas e Conteúdos Programáticos de algumas IES terem sua elaboração sucinta, de pouca descrição e lacônico. A regionalização da pesquisa também se apresenta como limitação. Dessa forma, é recomendado aos futuros estudos busquem ampliar a análise, abrangendo outras regiões e instituições de ensino do país.

Como contribuições, as observações deste trabalho trazem luz para a necessidade de melhorias e aperfeiçoamento na confecção das Ementas e Conteúdos Programáticos, elucidam a importância do debate com metodologias

ativas das temáticas previstas nesse estudo na graduação de Enfermagem, além de fornecer subsídios para futuras pesquisas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo observou que as temáticas Violência obstétrica e humanização do parto estão presentes em disciplinas dos cursos de bacharelado em enfermagem, geralmente ocorrendo entre o quinto e oitavo período do curso, sendo cursada de forma obrigatória, mediante metodologias tradicionais. Estes aspectos podem dificultar o processo de aprendizagem dos graduandos em enfermagem, uma vez que não favorece o processo de vivência, reflexão e crítica sobre as temáticas.

Tais achados reforçam a necessidade do desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Curso mais detalhados e que retratem os direitos das mulheres no parto e puerpério, visando além disso, fomentar a formação de profissionais que defendam e promovam a assistência de enfermagem humanizada e igualitária.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. S. C.; GAMA, E. R.; BAHIANA, P. M.. **Humanização do parto: a atuação dos enfermeiros**. Revista Enfermagem Contemporânea, Salvador, Brasil, v. 4, n. 1, 2015. DOI: 10.17267/2317-3378\_rec.v4i1.456. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/456>. Acesso em: 15 out. 2024.

BATISTA, B. N. S.; BARROS, M. M.; MARINELLI, N. P.; ROSS, J. R.; RODRIGUES, S. M.; LOPES, K. F. A. L. **Humanização da assistência ao parto e nascimento: realidade x expectativas**. Revista Enfermagem UFPI, v. 9, p. e11055, mar.-dez. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/11055/pdf>. Acesso em: 02 abr. 2023.

BOHREN, M. A. et al. **The mistreatment of women during childbirth in health facilities globally: a mixed-methods systematic review**. PLoS Med, v. 12, n. 6, 2015. DOI: 10.1371/journal.pmed.1001847. Acesso em: 26 ago. 2024. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1001847>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho de Educação Superior. **Parecer CES 1133/2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 13/2010**, aprovado em 4 de agosto de 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=655-2-pceb013-10&category\\_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=655-2-pceb013-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 26 de out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização: **PNH**. Brasília, 2006. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_humanizacao\\_pnh\\_fol](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_fol)

heto.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

CASTRO, A. T. B.; ROCHA, S. P. **Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura.** *Enferm. Foco*, v. 11, n. 1, p. 176-181, 2020. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2798>. Acesso em: 02 abr. 2023.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Brasil ocupa o 7º lugar no ranking de assassinatos de mulheres no mundo.** Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/232-direitos-fundamentais/6556-brasil-ocup-a-o-7-lugar-no-ranking-de-assassinatos-de-mulheres-no-mundo#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20estudo,quatro%20mil%20na%20%C3%BAltima%20d%C3%A9cada>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CORDEIRO, E. L. et al. **A humanização na assistência ao parto e ao nascimento.** *Rev. Enferm. UFPE on line*, v. 12, n. 8, p. 2154-2162, ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/236334/29731>. Acesso em: 02 abr. 2023.

FONTANA, R. T.; WACHEKOWSKI, G.; BARBOSA, S. S. N. **As metodologias usadas no ensino de enfermagem: com a palavra, os estudantes.** *Educação em Revista*, v. 36, p. e220371, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/DLkqLfHXmX7kdw8NyWJN4D/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2024.

HENRIQUES, T. **Violência obstétrica: um desafio para saúde pública no Brasil.** *Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro*, 2021. Disponível em: <https://www.ims.uerj.br/2021/02/22/violencia-obstetrica-um-desafio-para-saude-publica-no-brasil/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

HORA, A. B. et al. **A importância do papel do enfermeiro na humanização do parto: verificação abrangente.** *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 10, n. 13, p. e266101321253, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i13.21253. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21253>. Acesso em: 12 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DA FAMÍLIA. **Brasil teve recorde de feminicídios no primeiro semestre de 2022.** Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/10312/Brasil+teve+recorde+de+feminic%C3%ADdios+no+primeiro+semestre+de+2022#:~:text=O%20Brasil%20bateu%20recorde%20de,p er%C3%ADodo%2C%20foram%20registrados%20631%20casos>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MINAYO, M. C. S.. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias.** *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 21 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes de atenção à gestante: a operação**

**cesariana**. Brasília, DF: Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), 2015. Disponível em: <[http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatorios/2015/Relatorio\\_PCDCesariana\\_CP.pdf](http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatorios/2015/Relatorio_PCDCesariana_CP.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes**. Brasília: MS, 2011. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_mulher\\_principios\\_diretrizes.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf). Acesso em: 20 de out. 2024

MELO, B. L. P. L. et al. **Violência obstétrica à luz da Teoria da Diversidade e Universalidade do Cuidado Cultural**. Revista Cuidarte, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.15649/cuidarte.1536>. Acesso em: 02 abr. 2023.

MONTICELLI, J. C. S.; MENEGATTI, I. O.; FONSECA, P. M. M. F. **Relação entre o plano de parto e a humanização na assistência ao parto**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 2318-2326, jan. 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n1-150. Acesso em: 02 abr. 2023.

OLIVEIRA, L.F.S. RODRIGUES, D.P.; ALVES, V.H.; SANTOS, S.J.A.; COUTO, S.O. **As percepções de discentes de enfermagem de uma instituição federal de ensino sobre a violência obstétrica**. Contribuciones a las ciencias sociales, São José dos Pinhais, v. 11, pág. 28728-28748, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2866/2258>. Acesso em: 27 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Violência Contra Mulheres**, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 21 jul. 2024.

PEARSON. **Disciplinas eletivas no ensino superior: vantagens e como escolher**. 2022. Disponível em: <https://hed.pearson.com.br/blog/plataformas-de-aprendizagem/disciplinas-eletivas-no-ensino-superior-vantagens-e-como-escolher>. Acesso em: 20 out. 2024.

PONTE, T. C. A.; SOARES, H. C. **Um olhar sobre as formas de violência obstétrica no cenário dos partos brasileiros**. VII Seminário de Corpo, Gênero e Sexualidade, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/354.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SOUTO, R. E. M. **Construção e validação de um questionário de identificação de violência obstétrica**. Redenção, 2021. 118 f. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2056/1/RAISSA%20EMANUEL%20MEDEIROS%20SOUTO%20Disserta%20a7%20a3o.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SOUSA, F. L. L. et al. **Assistência de enfermagem frente ao planejamento familiar na atenção primária à saúde**. Research, Society and Development, [s. l.], v. 10, n. 1.

2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.10506>. Acesso em: 20 out. 2024

SOUZA, A. C. A. T. et al. **Violência obstétrica: uma revisão integrativa**. Revista Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2019.4574>. Acesso em: 02 abr. 2023.

VIEIRA, S. N.; VIDIGAL, B. A. A.; SOUSA, A. M.; REIS, L. N.; TEIXEIRA, E.; VASCONCELOS, M. N. G.. **Violência obstétrica: convergências e divergências entre acadêmicos de enfermagem e medicina**. *Enferm Foco*, v. 10, n. 6, p. 21-27, ago. 2019. Disponível em: <https://enfermfoco.org/article/violencia-obstetrica-convergencias-e-divergencias-entre-academicos-de-enfermagem-e-medicina/>. Acesso em: 27 out. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Violence prevention: the evidence**, 2021 Disponível em: <https://www.who.int/groups/violence-prevention-alliance/approach#:~:text=%22the%20intentional%20use%20of%20physical,%2C%20maldevelopment%2C%20or%20deprivation.%22>. Acesso em: 16 out. 2024.

ZOCHE, D.A.A.; VENDRUSCOLO, C.; ADAMY, E.K.; RIBEIRO, K.P.; OLIVEIRA, M.C.B. **Percepções de enfermeiras sobre a integralidade da atenção à saúde feminina**. Revista de Enfermagem UFPE on-line , v.11, n. 11, pág. 4758-4766, 2017. DOI: 10.5205/reuol.11138-99362-1-SM.1111sup201728. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/231219> Acesso em: 27 de out. 2024